

BOLETIM 225

Brasília, 10 de outubro de 2016

Em meio a polêmicas, governo tenta aprovar esta semana a PEC que limita os gastos

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que limita o teto dos gastos públicos, vai a votação no Plenário da Câmara dos Deputados nesta semana.

O Presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia, do Democratas, manteve para esta segunda-feira (10) o início da sessão, que vai analisar a PEC em primeiro turno, mesmo sabendo que essa sessão corre o risco de ser adiada por questões regimentais.

É porque uma sessão de debates marcada para a última sexta-feira (7) contaria como prazo para a votação, mas a sessão não ocorreu porque só compareceram 38 dos 513 deputados. O quórum mínimo era de 51 parlamentares.

Os debates e a votação da PEC 241 em Plenário estão previstos para durar dois dias, e o deputado que faltar terá o dia descontado.

A proposta cria um teto para o Orçamento da União por até 20 anos.

As contas públicas só poderiam ser reajustadas a partir da inflação do ano anterior.

Fonte: Portal EBC



Povo deve ser informado sobre males da 241

O diretor de Documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antônio Augusto de Queiroz (Toninho), defende um esforço de mobilização da sociedade contra as reformas do governo federal. “A população precisa ser alertada sobre o veneno embutido nas propostas”, afirma.

O alerta principal, e urgente, deve ser quanto à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que reduz verbas da Educação e Saúde e prepara terreno para o desmanche do Estado.

Mas não basta alertar trabalhadores e aposentados. É preciso acumular forças e condições para negociar com o Congresso e o governo. “O Fora Temer, restrito a militantes e ativistas, é insuficiente para o enfrentamento”, disse à Agência Sindical. Toninho acrescenta: “Já o conhecimento pela base social dos efeitos nocivos da PEC amplia o arco e dá força mais efetiva à resistência”.

Afinal, o que é essa PEC? Ele explica: “É uma medida perversa, que congela o gasto público por

20 anos. Sem recompor a defesagem, as contas públicas extrapolam e para resolver a equação eu tenho de cortar direitos”. Para o dirigente do Diap, “a PEC 241 é o gatilho que dispara as demais reformas”, inclusive a trabalhista.

Ele detalha a mecânica da medida: “Pegue o caso da Previdência. Por causa do alongamento do ciclo biológico – ou seja, mais gente mais velha – mais recursos deverão ser consumidos com o pagamento de benefícios. Ao acontecer isso, crescerá a pressão conservadora pela reforma previdenciária”.

Tempo - Segundo a agenda da Câmara, a 241 deve ser apreciada ainda nesta semana na Comissão Especial; o parecer foi apresentado na terça (4); a partir daí, podem ser pedidas vistas por dois dias. Porém, já na noite da quinta (6), a matéria pode ir a voto na Comissão. Após isso, segue a plenário e pode ser votada dia 11.

Reformas - Qualquer ajuste, hoje, vai exigir reformas, que precisarão ser negociadas. Para Antônio Augusto de Queiroz, “a injustiça está em impor sacrifícios só a assalariados e aposentados, cuja renda tem caráter alimentar”.

Didático - Não é fácil detalhar tudo isso para trabalhadores e a população em geral. Mas é o que há de ser feito. “Temos de ser didáticos, explicar o que vai acontecer, por que vai acontecer e a que interesses serve desmontar o Estado”, diz Toninho.

Fonte: Diap



PEC 241 é inconstitucional, diz nota da PGR encaminhada à Câmara

A Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou à Câmara na sexta-feira (7) uma nota técnica classificando como inconstitucional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241) que congela os gastos públicos por 20 anos.

A matéria, que foi aprovada na comissão especial na Câmara na mesma sexta-feira, já foi questionada pela oposição em ação no Supremo Tribunal Federal (STF), que aponta a inconstitucionalidade da PEC 241.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot (**foto**), avisa no texto que vai pedir o arquivamento do texto que será votado em primeiro turno pelos deputados na segunda-feira (10).

“As alterações pretendidas são flagrantemente inconstitucionais, por ofenderem a independência e autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário, por ofenderem a autonomia do Ministério Público e demais instituições do Sistema de Justiça e, por



consequência, o princípio constitucional da separação dos Poderes”, diz o documento da PGR.

“A PEC 241 institui o Novo Regime Fiscal pelos próximos 20 anos, prazo longo o suficiente para limitar, prejudicar, enfraquecer o desempenho do Poder Judiciário e demais instituições do Sistema de Justiça e, nesse alcance, diminuir a atuação estatal no combate às demandas de que necessita a sociedade, entre as quais o combate à corrupção, o combate ao crime, a atuação na tutela coletiva, a defesa do interesse público”, diz o comunicado.

A PGR propõe alterações no texto em votação que prevê que o reajuste dos orçamentos de todos os Poderes da República seja feito pela inflação do ano anterior, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) por 20 anos. A sugestão prevista na nota da PGR é que a limitação seja por 10 anos com revisão na metade deste prazo.

Além disso, o MPF propõe a distribuição ou transferência do saldo positivo de receitas – resultado de um possível crescimento econômico – para as instituições típicas de Estado, em especial do Poder Judiciário e outras instâncias da Justiça. Esta fórmula, segundo os estudos da PGR, evitaria o enfraquecimento ou paralisação de funções essenciais do Judiciário.

Fonte: Portal Vermelho

Geddel diz que governo conta com mais de 350 votos para aprovar teto de gastos

Confiante na aprovação da proposta de Emenda à Constituição (PEC 241/16) que limita o teto de gastos públicos, o governo espera contar com mais de 350 votos para garantir a proposta, que deve ser votada em primeiro turno nesta segunda-feira (10) na Câmara dos Deputados. A afirmação é do ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, responsável pela articulação política do governo.

O ministro falou com jornalistas após jantar oferecido pelo presidente Michel Temer na noite deste domingo (9), no Palácio da Alvorada, a deputados que integram partidos da base aliada. Durante o jantar, o presidente pediu aos parlamentares apoio para a aprovação da proposta.

De acordo com Geddel, cerca de 280 parlamentares participaram do jantar e firmaram o compromisso de votar favoravelmente à proposta. Para ser aprovado, o texto precisa de no mínimo 308 votos. “Foram um pouco mais ou um pouco menos de 280, mas foi uma presença extremamente expressiva. Vamos contar com quórum significativo e vamos aprovar a matéria. Acho que com mais de 350 votos”, afirmou.

Agradecimento - Durante o evento, dois economistas falaram para tentar convencer os deputados sobre a necessidade de aprovação da matéria. Em seguida discursaram os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara,



Rodrigo Maia (DEM-RJ), que também defenderam a aprovação.

Temer foi o último a usar a palavra e, segundo Geddel, agradeceu o apoio da base aliada. "O tom do presidente Temer foi de agradecimento pelo apoio que tem sido dado e reafirmando a importância para o país da aprovação expressiva dessa matéria."

A PEC foi enviada pelo governo no primeiro semestre e estabelece que, pelos próximos 20 anos, as despesas da União só poderão ser reajustadas pela inflação do ano anterior.

Líderes -

Além dos presidentes da Câmara e do Senado também estiveram presentes os líderes Antonio Imbassahy (PSDB-BA), Baleia Rossi (PMDB-SP), Rogério Rosso (PSD-DF), Pauderney Avelino (DEM-AM) e Jovair Arantes (PTB-GO). Os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Dyogo Oliveira (Planejamento), Mendonça Filho (Educação) e Ronaldo Nogueira (Trabalho) também participaram do encontro.

Ainda de acordo com o ministro, no jantar Temer não falou sobre a nota da Procuradoria-Geral da República, que classificou a proposta defendida pelo governo como inconstitucional.

"Não falamos nem direta nem indiretamente. Este assunto já foi tratado pelo presidente da Câmara e pelos líderes partidários. Acharmos que a nota não altera em nada o rumo para aprovar esta matéria", acrescentou o ministro, que classificou a nota como fruto de "convicções corporativas".

Integração - Pelo Twitter, Temer agradeceu a presença dos parlamentares e disse que 300 parlamentares compareceram ao jantar. "Essa integração entre Executivo e Legislativo não vai parar amanhã e vai continuar até o fim do governo."

A PEC é defendida pelo governo como essencial para controlar o rombo nas contas públicas. A intenção do governo é que a votação ocorra nesta segunda-feira (10). Para isso, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, chegou a convocar uma sessão de debates para sexta-feira (7), que contaria como prazo. A sessão não ocorreu por falta de quórum.

Diante do cenário, o líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-SE), disse que deve propor um requerimento para quebrar o intervalo e votar a proposta em primeiro turno ainda na noite desta segunda-feira. "Vamos apresentar o requerimento amanhã pela manhã para que possamos votar logo o texto", concluiu Moura.

Fonte: Agência Brasil

Custo de Vida desacelera em São Paulo, mostra pesquisa do Dieese

O Índice do Custo de Vida (ICV) na cidade de São Paulo desacelerou entre agosto e setembro ao passar de 0,36% para 0,03%, revela pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No acumulado do ano, o ICV indicou alta de 5,35% e, nos últimos 12 meses, de 8,08%.

Segundo o Dieese, o comportamento dos preços "permanece relativamente estável". Dos 10 grupos pesquisados, o de habitação foi o que mais pressionou o custo de vida, com variação de 0,42%. Essa alta teve influência da tarifa de telefone, com impacto de 0,7% no subgrupo operação do domicílio. Também foi verificada pressão do



CUSTO DE VIDA



conjunto aluguel, impostos e condomínio (0,03%), além dos gastos com conservação da residência (0,05%).

Em compensação uma das classes de despesas que mais provocam impacto sobre o orçamento doméstico, alimentação, teve queda de 0,15%, enquanto o item transporte registrou recuo de 0,19%. Nesse caso, a queda foi puxada pelos combustíveis: álcool (-0,46%) e gasolina (-0,34%).

Entre os itens alimentícios, houve retração de preços dos legumes (-11,62%); das raízes e tubérculos (-10,55%); hortaliças (-7,98%) e grãos (-2,78%).

Mais três grupos tiveram redução: equipamento domésticos (-0,05%); vestuário (-0,24%) e despesas pessoais (-0,24%).

No levantamento sobre as três classes de renda, a de nível mais elevado, com ganho médio de R\$ 2.792,90 foi a que mais sentiu os aumentos de preços, com taxa média do índice em 0,09%. Para os mais pobres, com renda de R\$ 377,49, o índice recuou em 0,03%. Na faixa intermediária,

com ganho médio de R\$ 934,17, houve deflação de 0,02%.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)